

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REFORMA AGRÁRIA – A EXPERIÊNCIA NO NOROESTE DE MINAS GERAIS

Youth and Adult Literacy in Agrarian Reform – The Experience at the Brazilian state of Minas Gerais' Northwestern region

La alfabetización de jóvenes y adultos en la Reforma Agraria – La experiencia en el Noroeste del Estado de Minas Gerais, Brasil

Ana Lucia Ferreira Faria¹
Etelvina Maria Valente dos Anjos Silva²
Elenice Rosa Costa³

RESUMO

Em nosso país, existem milhares de adultos no campo que, por diversos motivos, não tiveram acesso à educação. Considerando que a educação se constitui um direito social, muitos programas governamentais vêm surgindo, a exemplo, o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária). No período de 2006 a 2007 foi estabelecido um convênio da UFV (Universidade Federal de Viçosa) em parceria com o PRONERA/INCRA/FETAEMG, com o objetivo de alfabetizar 1.976 adultos assentados e acampados, na região Noroeste de Minas Gerais. Neste contexto, o presente trabalho teve por objetivo relatar a experiência da UFV, no que se refere ao desenvolvimento do Projeto: “A Educação em Movimento: Interagir e Aprender em Busca da Cidadania” Neste contexto o estudo em questão apoiou-se em pesquisa bibliográfica e análises de documentos. Ao final do Projeto além da UFV ter cumprido com seu papel social, os universitários tiveram complementação em sua formação acadêmica, na área da Educação de Jovens e Adultos, aos jovens e adultos assentados da região Noroeste de Minas, foi oferecida a oportunidade e a garantia do direito de alfabetizar-se.

Palavras-chave: PRONERA; alfabetização de jovens e adultos; formação de educadores de jovens e adultos.

ABSTRACT

In our country there are thousands of adults in the field that, for various reasons, had no access to education. Whereas education is a social right is, many government programs have emerged, like the PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária). In the period 2006 to 2007 was an agreement of UFV (Universidade Federal de Viçosa) in partnership with PRONERA / INCRA / FETAEMG, with the goal of adult literacy 1976 settlers and camped in the northwest region of Minas Gerais. In this context, this paper aimed to report the experience of the UFV, regarding the development of the Project: “Education in Motion: Learning and Interacting in Search of Citizenship” In this context the study in question was based on literature search and analysis of documents. At the end of the project beyond the UFV has complied with its social role, the university had to supplement their academic training in the area of adult and youth education, young adults and settlers in the region northwest of Minas, was offered the opportunity and the assurance of right to literacy itself.

Keywords: PRONERA; the Youth and Adult Literacy; training of educators of young people and adults.

1 Graduada em Pedagogia/UFV, Endereço: Rua Jorge Ramos nº. 156, Bairro: Santo Antonio, Cidade: Viçosa, Estado: MG, CEP: 36570-000, Tel: (31) 87696640, E-mail: analucia@ufv.br

2 Professora/UFV

3 Graduada em Pedagogia/UFV

RESUMEN

En nuestro país hay miles de adultos en el campo que, por diversas razones, no tienen acceso a la educación. Considerando que la educación es un derecho social, es decir, muchos programas de gobierno han surgido, al igual que el PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária). En el período comprendido entre 2006 y 2007 fue un acuerdo de la UFV (Universidade Federal de Viçosa), en asociación con PRONERA/ INCRA / FETAEMG, con el objetivo de la alfabetización de adultos y 1.976 colonos acampanaron en la región noroeste de Minas Gerais. En este contexto, este documento de reflexión para que informe la experiencia de la UFV, en relación con el desarrollo del Proyecto: “Educación en Movimiento: Interacción y aprendizaje en busca de la ciudadanía” En este contexto, el estudio en cuestión se basó en la literatura de búsqueda y análisis de documentos. Al final del proyecto más allá de la UFV ha cumplido con su papel social, la universidad tuvo que completar su formación académica en el área de educación de adultos y la educación de los jóvenes, los adultos jóvenes y los colonos en la región noroeste de Minas, se le ofreció la oportunidad y la garantía de derecho a la alfabetización propiamente dicha.

Palabras-clave: PRONERA; la Juventud y de alfabetización de adultos; la formación de educadores de jóvenes y adultos.

constatou a necessidade de um projeto de alfabetização, já que, nesse período, 30% dos funcionários da instituição eram analfabetos. Atualmente, a UFV conta com o Núcleo de Educação de Adultos (NEAd), que atende cerca de 140 adultos ao ano, tendo como educadores os estudantes dos cursos de licenciaturas da UFV, sob a coordenação de professores do Departamento de Educação.

A partir de experiências nesta área, a UFV se tornou parceira de outros programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), tais como o Programa Alfabetização Solidária (ALFASOL), o Programa Brasil Alfabetizado e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), tendo como objetivo a formação de educadores para atuar no campo da EJA.

Neste contexto, o presente trabalho tem por objetivo relatar a experiência da UFV ao desenvolver o Projeto “A Educação em Movimento: Interagir e Aprender em Busca da Cidadania”, desenvolvido na região Noroeste de Minas Gerais, no período de 2006 a 2007, em parceria com o PRONERA/INCRA/FETAEMG/UFV. Especificamente, conhecer o processo de realização do Projeto em questão.

Introdução e Objetivo

Em nosso país existem milhares de adultos no campo, que por diversos motivos não tiveram acesso à educação. Levando-se em consideração de que a educação se constitui em um direito social, muitos programas governamentais vêm surgindo com o intuito de diminuir esse quadro, como, por exemplo, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) que busca elevar o nível de escolaridade da população do campo com qualidade.

A experiência da Universidade Federal de Viçosa (UFV) na área de educação de adultos iniciou em 1987, por iniciativa da Associação dos Servidores Administrativos – ASAV –, que

Metodologia

Por meio de uma pesquisa bibliográfica procurou-se conhecer algumas políticas públicas que surgiram voltadas para a EJA e o funcionamento do PRONERA, bem como sua história de criação. A realização da pesquisa diagnóstica foi com base em Cervo (2002), uma vez que, segundo ele há diversas formas de pesquisar, citando, como exemplo, estudo de caso, pesquisa de opinião, de motivação e a documental. Em ambas as formas trabalha-se com dados ou fatos colhidos da própria realidade.

Para tanto, utilizou-se da pesquisa descritiva documental, buscando conhecer os

registros, analisá-los, correlacioná-los e descrever fatos sobre o desenvolvimento do Projeto, os quais se encontram nos arquivos do NEAd.

O PRONERA como parte da história da EJA

Segundo Cunha (1999, p. 9)⁴, a denominação “educação de jovens e adultos” é recente no país. No período Brasil Colônia, a educação para a população não infantil possuía um caráter mais religioso do que educacional. Nessa época, pode-se constatar uma fragilidade da educação, pois ela não era considerada a responsável pelo aumento da produtividade, o que acabava por acarretar descaso por parte dos dirigentes do país.

No Brasil Império, algumas reformas educacionais reconheciam a necessidade de haver classes noturnas de ensino elementar para os adultos analfabetos. Em 1876, foi constatado, através de um relatório elaborado pelo então ministro José Bento da Cunha Figueiredo, a difusão na época do ensino noturno para adultos, existindo 200 mil alunos frequentadores de aulas noturnas. As escolas noturnas, portanto, durante muito tempo, foram a única forma de oferecimento de educação de adultos em nosso país.

Cunha (1999, p. 10) ressalta que o desenvolvimento industrial brasileiro contribuiu para a valorização da educação de adultos sob pontos de vista diferentes, quais sejam: a valorização do domínio da língua falada e escrita, visando o domínio das técnicas de produção; a aquisição da leitura e da escrita como instrumento da ascensão social; a alfabetização de adultos vista como meio de progresso do país e como ampliação da base de votos. Após detectar os altos índices de analfabetismo, em 1940, o Go-

verno criou um fundo destinado à alfabetização e à educação da população adulta analfabeta.

Segundo Soares (1996, p. 29)⁵, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) solicitaram aos países integrantes, dentre eles o Brasil, que investissem em campanhas de massa para educar os adultos analfabetos. Sofrendo forte pressão destas organizações internacionais, o Governo lançou, então, a Primeira Campanha Nacional de Educação de Adultos, em 1947, sendo esta a primeira iniciativa pública visando o atendimento de adultos. Essa campanha criou 10 mil classes de ensino supletivo em todo o país.

Nessa época, o analfabetismo era visto como causa do baixo desenvolvimento brasileiro e o adulto analfabeto era identificado como elemento incapaz e marginal, psicológica e socialmente, sendo submetido à menoridade econômica, política e jurídica, não podendo votar ou ser votado.

Para Soares (1996, p. 29), essa Primeira Campanha foi lançada por dois motivos: o primeiro era o momento pós-guerra, que fez com que a ONU fizesse uma série de recomendações aos países, entre as quais a de darem um olhar específico para a educação de adultos. O segundo motivo foi o fim do Estado Novo, que trazia um processo de redemocratização que gerava a necessidade de ampliação do contingente de eleitores no país. No momento em que se lançava a Primeira Campanha Nacional de Educação de Adultos, estava sendo organizado pela Associação dos Professores do Ensino Noturno e pelo Departamento de Educação, o Primeiro Congresso Nacional de Educação de Adultos. O Ministério, então, convocou dois representantes de cada Estado para participarem do Congresso. O Serviço de Educação de Adultos (SEA) do Ministério da Educação e Cultura (MEC) elaborou e

4 CUNHA, Conceição Maria da. Introdução – discutindo conceitos básicos. In: SEED-MEC. Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos. Brasília, 1999.

5 SOARES, Leôncio José Gomes. A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais. *Revista Presença Pedagógica*, v. 2, n. 11, Dimensão, set./out. 1996.

enviou para discussões, aos SEAs estaduais, um conjunto de publicações sobre o tema.

De acordo com Soares (1996, p. 30), as concepções presentes nessas publicações eram: o investimento na educação como solução para os problemas da sociedade; o alfabetizador identificado como missionário; o analfabeto visto como causa da pobreza; o ensino de adultos como tarefa fácil; assim sendo, não existia a necessidade de formação específica e remuneração, ocorrendo a valorização do “voluntariado”. A partir daí, iniciou-se um processo de mobilização nacional no sentido de se discutir a educação de jovens e adultos no país.

De certa forma, embora a Campanha não tenha alcançado grande sucesso, conseguiu alguns bons resultados no que se refere à visão preconceituosa, que foi sendo superada a partir das discussões que foram ocorrendo sobre o processo de educação de adultos. Com o surgimento de diversas pesquisas desenvolvidas e algumas teorias mais recentes da psicologia, gradativamente foi sendo desmentida a ideia de incapacidade de aprendizagem do educando adulto.

Diante dos resultados insatisfatórios da Campanha, o Ministério da Educação convocou, em 1958, o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos. Nesse evento, sobressaiu-se a figura do educador Paulo Freire, que propôs uma maior comunicação entre o educador e o educando e uma adequação do método de alfabetização às características das classes populares.

No final dos anos 50 e início dos anos 60, ocorreu uma intensa mobilização da sociedade civil em torno das reformas de base, contribuindo para a mudança nas iniciativas públicas de educação de adultos.

Segundo Soares (1996, p. 31), em 1963 o Ministério da Educação extinguiu a Campanha Nacional de Educação de Adultos e encarregou Paulo Freire de se empenhar na elaboração de um Programa Nacional de Alfabetização. Surgiu, então, uma nova visão sobre a

alfabetização e o analfabetismo, antes apontado como causa da pobreza e da marginalização, passou a ser interpretado como efeito da pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária.

Na percepção de Paulo Freire, educação e alfabetização estão muito próximas. A alfabetização é mais que o domínio mecânico de técnicas para escrever e ler, é o domínio dessas técnicas em termos conscientes, resultando numa postura atuante do homem sobre o seu contexto.

Em 1964, com o Golpe Militar, a conscientização proposta por Freire passou a ser vista como ameaça à ordem instalada e Freire foi exilado. De acordo com Cunha (1999, p. 12), o Governo passou, então, a permitir apenas a realização de programas de alfabetização de adultos de caráter assistencialista e conservador.

Dentro desse contexto, em 1967, o Governo assumiu o controle da alfabetização de adultos, com a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), voltado para a população de 15 a 30 anos, objetivando a alfabetização funcional, não desenvolvendo uma alfabetização crítica. Com isso, as orientações metodológicas e os materiais didáticos esvaziaram-se de todo sentido crítico e problematizador proposto anteriormente por Freire.

Na década de 70, ocorreu a expansão do MOBRAL e, paralelamente, alguns grupos que atuavam na educação popular continuaram a alfabetização de adultos dentro de uma linha mais criativa.

Através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB 5692/71, implantou-se o Ensino Supletivo, sendo dedicado pela primeira vez na história das legislações educacionais um capítulo específico para a EJA. Esta lei limitou o dever do Estado à faixa etária dos 7 aos 14 anos, mas reconheceu a educação de adultos como um direito de cidadania, o que pode ser considerado um avanço para a área da EJA no país.

Assim, segundo Soares (1996, p. 32), em 1974 o MEC implantou os Centros de Estudos Supletivos (CES), considerados a solução

mais viável para a educação de jovens e adultos, de modo a atender ao mesmo tempo ao trinômio tempo, custo e efetividade. A implantação dos CES nos estados ocorreu num período de intenso intercâmbio entre o MEC com a USAID e, devido a isso, os cursos foram influenciados pelo tecnicismo, adotando-se os módulos instrucionais, visando ao atendimento individualizado, à autoinstrução e a arguição em duas etapas. Como consequências, ocorreram elevados índices de evasão, o individualismo, o pragmatismo e a certificação rápida e superficial.

Em 1985, com a República, criou-se a Fundação EDUCAR, que veio substituir o MOBRAL. Esta Fundação se responsabilizou por apoiar financeiramente e tecnicamente as iniciativas do Governo, das entidades civis e das empresas a ela conveniada. A Constituição de 1988 ampliou o dever do Estado com a educação de jovens e adultos, garantindo o ensino fundamental obrigatório e gratuito.

Segundo Cunha (1999, p. 15), o desafio da EJA nos anos 90 foi o estabelecimento de uma política e de metodologias criativas, para garantir o acesso à cultura letrada, possibilitando uma participação mais ativa no universo profissional, político e cultural.

Internacionalmente, a UNESCO reconheceu a importância da EJA para o fortalecimento da cidadania, e passou a promover conferências internacionais, o que vem influenciando positivamente as iniciativas desta modalidade no Brasil.

A partir da V CONFINTEA (Conferência Internacional de Educação de Adultos), realizada em 1995, na Alemanha, encontro no qual estavam presentes 170 representantes de vários países, foi formulada a Agenda para o Futuro da Educação de Jovens e Adultos. A partir desse encontro, o Governo passou a criar programas visando a Educação de Jovens e Adultos e dentre essas iniciativas surgiu o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

O PRONERA surgiu em 1998, através da luta dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais pelo direito à educação com qualidade. O programa é uma política do Governo Federal, executada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

De acordo com Haddad e Di Pierro (2000, p. 124), o PRONERA guarda a singularidade de ser um programa do Governo Federal gestado fora da arena governamental: uma articulação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) com o MST foi capaz de introduzir uma proposta de política pública de educação de jovens e adultos no meio rural no âmbito das ações governamentais da reforma agrária. Coordenado pelo INCRA, vinculado ao Ministério Extraordinário da Política Fundiária (MEPF), o Programa foi delineado em 1997 e operacionalizado a partir de 1998.

Dentre as inovações introduzidas pelo PRONERA, pode-se destacar a parceria entre o Governo Federal, responsável pelo financiamento, as instituições de ensino superior, responsáveis pela formação dos educadores e os movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais, responsáveis pela mobilização de educandos e educadores. Já as secretarias estaduais ou municipais de educação e também os movimentos sociais são responsáveis pela infraestrutura necessária ao bom funcionamento de todo o trabalho.

O PRONERA tem como um de seus objetivos promover ações educativas nos assentamentos da reforma agrária, com metodologias de ensino específicas à realidade sociocultural do campo, tornando-se um instrumento de democratização do conhecimento do campo. De acordo com Andrade e Di Pierro (2004, p. 29.), as metas específicas do PRONERA são: reduzir as taxas de analfabetismo e elevar o nível de escolarização da população nos assentamentos, promovendo a habilitação

de professores nos níveis médio e superior, bem como a formação técnico-profissional dos jovens e adultos, com foco nas áreas de produção agropecuária e administração rural. Também compõe o escopo do Programa a produção de materiais didático-pedagógicos subsidiários às ações educativas.

O público alvo desta iniciativa educacional são jovens e adultos dos projetos de assentamentos criados pelo INCRA ou por órgãos estaduais de terras, desde que exista parceria formal entre o INCRA e esses órgãos. No caso da EJA, nas modalidades de alfabetização e escolaridade/ensino fundamental, também podem participar todos os trabalhadores acampados e cadastrados pelo INCRA.

O Programa se desenvolve por meio de projetos específicos em todos os níveis de ensino, tendo por base a diversidade cultural e socioterritorial, os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática e o avanço científico e tecnológico.

A Inserção da UFV no Projeto “A Educação em Movimento: Interagir e Aprender em Busca da Cidadania”

Em consonância com os objetivos do PRONERA, em parceria com o INCRA e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), a UFV, através do Departamento de Educação e do NEAd, desenvolveu o projeto “A Educação em Movimento: Interagir e Aprender em Busca da Cidadania”. Este projeto teve como objetivo “fortalecer a educação de jovens e adultos nos Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária, de forma a estimular, propor, criar, desenvolver e coordenar ações educacionais, que visa o aprimoramento de inclusão social do país”⁶. Es-

⁶ Documento Elaborado pela Equipe Coordenadora do Projeto “Educação em Movimento: Interagir e Aprender em Busca da Cidadania”, junho 2005.

pecificamente, objetivou-se alfabetizar jovens e adultos, visando estimulá-los a exercer de forma efetiva a sua cidadania, oferecendo cursos de alfabetização, de forma a atender as necessidades daqueles educandos.

Além disso, proporcionar a formação continuada para os educadores e acompanhar o desenvolvimento da prática político-pedagógica, a partir dos princípios teóricos de uma pedagogia dialética, promovendo, assim, a formação integral dos cidadãos. Para tanto, foram produzidos materiais didático-pedagógicos, em todas as áreas do conhecimento, a partir da realidade dos educandos, de forma a atender às necessidades específicas de cada etapa do processo de alfabetização.

A proposta de trabalho foi embasada nos pressupostos teórico-metodológicos de Piaget, Vigotsky e Paulo Freire. Os autores defendem uma relação dialógica entre educador e educando, ação essencial para a interpretação e a inserção dos educandos na realidade sociocultural, indo ao encontro da essência do trabalho proposto pelo Projeto.

Esse processo ocorreu por meio do oferecimento de Oficinas Pedagógicas, Ciclos de Estudos, proporcionando assim a formação dos educadores e a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem.

A meta era alcançar a alfabetização de 1.976 adultos, distribuídos em 17 municípios: Paracatu, Guarda Mor, Lagoa Grande, Presidente Olegário, Cabeceira Grande, Unaí, Riachinho, Natalândia, Brasilândia, Dom Bosco, Santa Fé de Minas, João Pinheiro, Arinos, Formoso, Bonfinópolis, Buritis e Urucuia, em 82 assentamentos, totalizando 99 turmas.

Considerando as distâncias existentes entre os municípios e os assentamentos e acampamentos da região Noroeste de Minas, e para evitar o comprometimento do atendimento pedagógico ocorreu a divisão da Região Noroeste em três microrregiões, quais sejam: Bacia do Paracatu, composta pelos seguintes municípios:

Paracatu, Guardar Mor, Lagoa Grande, Presidente Olegário, Cabeceira Grande e Unaí. A microrregião Serra da Mata era formada por Riachinho, Natalândia, Brasilândia, Dom Bosco, Santa Fé de Minas e João Pinheiro. Sendo a microrregião Grandes Sertões Veredas composta por Arinos, Formoso, Bonfinópolis, Buritis e Uruçuaia. A partir dessa divisão o Projeto envolveu a participação no trabalho de três coordenadores regionais, sendo todos professores do Departamento de Educação da UFV.

A equipe executora do Projeto foi composta por um coordenador geral, três coordenadores pedagógicos, 8 coordenadores locais, 8 universitários licenciandos da UFV.

Após a seleção dos universitários, estes realizaram um Estágio de Vivência, que tinha como objetivo fazer com que estes tivessem contato com a realidade onde iriam atuar. O estágio promoveu a integração entre educadores, coordenadores locais, educandos e familiares destes últimos, além de proporcionar aos universitários um diagnóstico das condições estruturais existentes e necessárias à execução do projeto.

O acompanhamento pedagógico se constituiu de visitas periódicas dos universitários às salas de aulas, visando levantar dúvidas e dificuldades enfrentadas pelos educadores, o que subsidiava a programação dos Ciclos de Estudos e Oficinas Pedagógicas.

Os Resultados de um Trabalho Integrado: caminhos percorridos

No decorrer do Projeto foram realizados na cidade de Paracatu 11 Ciclos de Estudos, que cumpriram uma carga horária média de 60 horas e foram ministrados pelos universitários e pelos membros da equipe coordenadora. A metodologia implementada durante estes cursos foram embasadas nos princípios da metodologia dialética de Paulo Freire, com o intuito de pre-

parar os educadores, para o exercício docente, estabelecendo relações entre as várias áreas do conhecimento e levando em consideração a integração entre o ensino e as necessidades das comunidades.

Nos Ciclos de Estudos trabalharam-se as seguintes temáticas: A História da EJA no Brasil, A EJA no Campo, O educando Adulto, A Auto Estima do Aluno Adulto, Fases da Escrita, A Vivência do Nome, O Erro Construtivo, Alfabetização Matemática, Planejamento de Ensino, Avaliação em EJA, Vida e Obra de Paulo Freire, Método Paulo Freire e Princípios Básicos, Etapas do Método, Tema Gerador e Palavra Geradora, Jogos Educativos, Turmas Heterogêneas, Construção e Utilização das Fichas de Descoberta, Produção de Textos, Preparação de Aulas Simuladas, Memorial, Inclusão de Alunos Portadores de Necessidades Especiais, Construção de Material Didático, Estudos Sobre a Natureza, Estudos Sobre a Sociedade, Oficina de Matemática, Oficina de Português, O Ensino da Ciência, Revisão de História, Planejamento do Momento Cultural, Avaliação de História, Revisão de Português, Revisão de Ciências e Revisão de Matemática.

Na realização das oficinas de Jogos Educativos e Pedagógicos, percebeu-se que na formação dos educadores considerou-se importante alguns pressupostos, como, por exemplo, a não infantilização do educando e do próprio jogo pedagógico; a (re)significação do jogo como facilitador da aprendizagem.

Os educadores, através de atividades realizadas em grupos, vivenciaram na prática a oportunidade de criar vários recursos didáticos para serem utilizados em suas aulas, enriquecendo-as. Como exemplos, a confecção de cartazes, com todas as etapas do Método Paulo Freire e jogos voltados para o ensino da Matemática e do Português para as diferentes fases de aprendizagem.

As atividades dos Ciclos de Estudos eram muito intensas, acontecendo nos perío-

dos da manhã, tarde e noite. Por esse motivo, com a finalidade de oferecer a oportunidade aos participantes de vivenciarem momentos de descontração e reflexão, eram desenvolvidas, no período da noite, a exibição de filmes, como “Quem Mexeu no Meu Queijo” e “Central do Brasil”.

No período da noite ocorria o Momento Cultural, no qual os educadores apresentavam as particularidades de seus municípios e assentamentos através da dança, do teatro e dos relatos orais, entre outras formas. Esse momento era preparado por cada universitário, juntamente com os educadores e coordenadores locais.

No que diz respeito ao material didático, foram elaboradas apostilas como apoio aos educadores. Esse material foi confeccionado para ser utilizado no contexto do assentamento rural, sendo composto por textos, exercícios e metodologias adequadas à realidade daqueles aos quais destinava o projeto. Estas apostilas se constituíram de conteúdos de Matemática, Língua Portuguesa, Estudos sobre a Natureza, enfatizando e valorizando a realidade e a cultura do educando.

Diante disso, pode-se perceber que o Projeto foi para os universitários um campo rico de aprendizagem na área da EJA, complementando a formação acadêmica, possibilitando a eles maior formação sobre o processo ensino-aprendizagem e crescimento profissional e pessoal. Como impactos sociais, a região Noroeste ganhou muito, pois ofereceu aos adultos dos assentamentos da região a oportunidade e a garantia do direito de alfabetizar-se e de continuar seus estudos em diferentes níveis de ensino.

A partir de então, ao constatar os resultados do trabalho pelos órgãos governamentais parceiros, gerou-se uma nova parceria, visando dar continuidade a esse processo educacional, de forma a proporcioná-los a oportunidade de dar sequência aos seus estudos, nas séries iniciais do ensino fundamental.

Nesse sentido, foi elaborado novo projeto, intitulado “Educação para a Cidadania: Escolarização de Jovens e Adultos”, sob o convênio PRONERA/FETAEMG/FADEMA/UFV, agora sob a coordenação da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento e Ensino de Machado (FADEMA), através da Instituição Agrotécnica Federal de Machado. Este se encontra em andamento, tendo o período de 2008 a 2009 para a sua conclusão, objetivando a escolarização de cerca de 1.600 jovens e adultos assentados rurais da região Noroeste de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. R.; DI PIERRO, M. C. *Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária em perspectiva: dados básicos para uma avaliação*. São Paulo: Ação Educativa, 2004, 83 p.

CERVO, Amado Luiz. *Metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

CUNHA, Conceição Maria da. Introdução – discutindo conceitos básicos. In: SEED-MEC. *Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos*. Brasília, 1999.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 14, p. 108-130, maio/ago. 2000 .

SOARES, Leôncio José Gomes. A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais. *Revista Presença Pedagógica*, v. 2, n. 11, set./out. 1996.

Texto recebido em 7 de agosto de 2009.

Texto aprovado em 14 de junho de 2010.